

TERMO DE REFERÊNCIA

1. **REQUERENTE:** Eliana Maria Nunes - Secretária Municipal de Saúde

2. OBJETO:

2.1 Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material odontológico, visando atender as necessidades das Equipes de Saúde Bucal.

2.2. O fornecimento previsto deverá ser prestado conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
001	ÁCIDO FOSFÓRICO 37% GEL- SERINGA DE 2,5 ML. - CONDICIONADOR DENTAL, TIPO: ÁCIDO FOSFÓRICO, CONCENTRAÇÃO: 37%, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO. APRESENTAÇÃO: 3 SERINGAS COM 2,5ML CADA E 3 PONTEIRAS PARA APLICAÇÃO. SIMILAR FUSION-ANGELUS	PACOTE	60	19.9733	1.198,40
002	ADESIVO DENTÁRIO FOTOPOLIMERIZÁVEL SISTEMA ADESIVO PARA ESMALTE E DENTINA. ADESIVO CONVENCIONAL DE 2 PASSOS: PRIMER E BOND NO MESMO FRASCO FOTOPOLIMERIZÁVEL SISTEMA APS: EXCELENTE DESEMPENHO EM QUALQUER NÍVEL DE UMIDADE DENTINÁRIA. QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AO AMBAR APS - EMB C/ NO MÍNIMO 5ML	FRASCO	20	141.8767	2.837,53
003	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES - EMBALAGEM CONTENDO 1 LITRO	EMBALAGEM	10	25.0500	250,50
004	AGULHA GENGIVAL CURTA - CX C/ 100 UNIDADES	CAIXA	30	69.1867	2.075,60
005	AGULHA GENGIVAL EXTRA-CURTA - CX C/ 100 UNIDADES	CAIXA	10	78.7267	787,27
006	AGULHA GENGIVAL LONGA - CX C/ 100 UNIDADES	CAIXA	20	69.1567	1.383,13
007	AGULHA PARA SUTURA COM FIO DE SEDA 3-0 - CX C/ 100 UNIDADES	CAIXA	35	59.8267	2.093,93
008	ALAVANCA RETA	UNIDADE	10	65.4267	654,27
009	ÁLCOOL 70° (LÍQUIDO)	LITRO	15	22.3000	334,50
010	ALGODÃO ROLETE - PCT C/ 100 UNID	PACOTE	120	7.7133	925,60
011	ANESTÉSICO CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA + EPINEFRINA - CX C/ 50 UNID	CAIXA	60	271.7333	16.304,00
012	ANESTÉSICO CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA + EPINEFRINA - CX C/ 50 UNID	CAIXA	15	284.4333	4.266,50
013	ANESTÉSICO CLORIDRATO DE PRILOCAÍNA + FELIPRESSINA 3%* ISENTO DE SULFITO * VASOCONSTRITOR FELIPRESSINA, SENDO UMA ALTERNATIVA SEGURA PARA A CONTRAINDICAÇÃO DA EPINEFRINA * EXCELENTE OPÇÃO PARA PACIENTES DIABÉTICOS E ASMÁTICOS * ENVASADOS EM TUBETES DE VIDRO * PERMITE MELHOR VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO SANGUÍNEO * CONFORTO PARA O PACIENTE - MAIOR SUAVIDADE DE DESLIZAMENTO DE ÊMBOLO SILICONIZADO, MINIMIZANDO A DOR DURANTE A INJEÇÃO * ALTO ÍNDICE DE	CAIXA	15	283.4633	4.251,95

	SUCESSO ANESTÉSICO * SEM POSSIBILIDADE DE CONTAMINAÇÃO POR POLÍMEROS, POIS O VIDRO NÃO SE DEGRADA * CERTIFICADO BPF – BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO * CADA TUBETE É ENVOLVIDO POR UM RÓTULO ADESIVO DE SEGURANÇA, QUE PROTEGE A CAVIDADE ORAL EM CAOS DE QUEBRA E QUE CONTÉM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES SOBRE ANESTÉSICO * EMBALAGEM EM BLISTERS LACRADO * TOTAL EFICÁCIA DO PRODUTO DURANTE TODO O TEMPO DE VALIDADE A AUSÊNCIA DE POROSIDADE DO VIDRO CX C/ 50 UNID				
014	ANESTÉSICO ODONTOLÓGICO SEM VASOCONSTRITOR (CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA 3%) - CX C/ 50 COMPRIMIDOS	CAIXA	8	293.4000	2.347,20
015	ANESTÉSICO TÓPICO - EMB C/ NO MÍNIMO 12G	UNIDADE	60	51.4300	3.085,80
016	APARELHO FOTOPOLIMERIZADOR LED DE ALTA POTÊNCIA, POSSUIR INDICADORES VISUAIS E SONOROS, TEMPORIZADEOR, SEM FIO, SIMILAR SCHUSTER EMITER	UNIDADE	8	1649.2067	13.193,65
017	APLICADOR DESCARTÁVEL CAVIBRUSH (FINO) - EMBALAGEM C/ 100 UNID	EMBALAGEM	60	31.3400	1.880,40
018	AVENTAL DE CHUMBO PARA PACIENTE ADULTO COM PROTETOR DE TIREÓIDE	UNIDADE	3	1339.3133	4.017,94
019	BABADOR IMPERMEÁVEL DESCARTÁVEL - EMB C/ 100 UNIDADES	EMBALAGEM	40	41.9933	1.679,73
020	BROCA CARBIDE N° 2 CONTRA-ÂNGULO	UNIDADE	50	25.2233	1.261,17
021	BROCA CARBIDE N° 4 CONTRA-ÂNGULO	UNIDADE	70	25.2233	1.765,63
022	BROCA CIRÚRGICA ZEKRYA LONGA	UNIDADE	25	49.8033	1.245,08
023	BROCA DIAMANTADA 1011	UNIDADE	70	11.7967	825,77
024	BROCA DIAMANTADA 1012	UNIDADE	70	45.1300	3.159,10
025	BROCA DIAMANTADA 1014	UNIDADE	70	11.7967	825,77
026	BROCA DIAMANTADA 1015	UNIDADE	70	11.7967	825,77
027	BROCA DIAMANTADA 1015HL	UNIDADE	20	17.1300	342,60
028	BROCA DIAMANTADA 1016	UNIDADE	40	11.7967	471,87
029	BROCA DIAMANTADA 2135	UNIDADE	60	11.7967	707,80
030	BROCA DIAMANTADA 2135F	UNIDADE	60	11.7967	707,80
031	BROCA DIAMANTADA 2200	UNIDADE	30	17.1300	513,90
032	BROCA DIAMANTADA 2200F.	UNIDADE	70	15.2800	1.069,60
033	BROCA DIAMANTADA 2200FF.	UNIDADE	30	11.6133	348,40
034	BROCA DIAMANTADA 3118F	UNIDADE	70	15.4633	1.082,43
035	BROCA DIAMANTADA 3168F	UNIDADE	30	15.4633	463,90
036	CABOS PARA ESPELHO USO ODONTOLÓGICO. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL	UNIDADE	40	22.0100	880,40
037	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO – USO ODONTOLÓGICO. SISTEMA PUSH BOTTON CANETA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO. SISTEMA DE FIXAÇÃO DE BROCA PUSH BUTTON (PB). CONEXÃO PADRÃO BORDEN 2 FUROS. ROTAÇÃO MÍNIMA ENTRE 280.000 E 380.000 RPM. SISTEMA DE IRRIGAÇÃO COM SPRAY TRIPLO. TORQUE MÍNIMO APROXIMADO DE 0,13 N•CM OU SUPERIOR. ROLAMENTOS DE ALTA PRECISÃO (PREFERENCIALMENTE CERÂMICOS). BAIXO NÍVEL DE RUÍDO E VIBRAÇÃO. CORPO EM AÇO INOXIDÁVEL OU LIGA METÁLICA RESISTENTE. TOTALMENTE AUTOCLAVÁVEL ATÉ 135°C. COMPATÍVEL	UNIDADE	8	1361.6167	10.892,93

	COM BROCAS DE ALTA ROTAÇÃO PADRÃO (HASTE 1,6 MM). GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. REGISTRO OU CADASTRO VÁLIDO NA ANVISA SIMILAR OU SUPERIOR AO MODELO KAVO 605C				
038	CARBONO ODONTOLÓGICO PARA ARTICULAR, MATERIAL: EM PAPEL, FORMATO: FORMATO DE FITA, COR: DUPLA FACE - 2CORES, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO: EM FOLHA UNIDADE: CAIXA C/ 12 UN.	CAIXA	30	14.4800	434,40
039	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO (PÓ E LIQUIDO) AUTOPOLIMERIZÁVEL. A ADESÃO AO ESMALTE E A DENTINA, DISPENSA, MUITAS VEZES, A NECESSIDADE DE RETENÇÕES ADICIONAIS NOS PREPAROS CAVITÁRIOS. DEVIDO À SUA COMPOSIÇÃO, APRESENTA BOA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO, ESTABILIDADE DE COR E TRANSLUCIDEZ ADEQUADA A UM MATERIAL ESTÉTICO RESTAURADOR. ALTA LIBERAÇÃO DE FLÚOR E O EQUILÍBRIO DO PH AUXILIAM NA PROFILAXIA DENTAL. NA ENDODONTIA, É LARGAMENTE UTILIZADO NAS TROCAS DE CURATIVOS, SEM QUE OCORRAM RISCOS DE INFILTRAÇÃO, DEVIDO À SUA ALTA DENSIDADE.	KIT	50	93.7767	4.688,84
040	CIMENTO FORRADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO - EMBALAGEM COM 1 TUBO DE PASTA BASE COM 13G, 1 TUBO DE PASTA CATALISADORA COM 11G E 1 BLOCO DE ESPATULAÇÃO. (QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR HIDROC)	EMBALAGEM	22	86.4900	1.902,78
041	CIMENTO FOSFATO DE ZINCO (PÓ E LIQUIDO)	KIT	10	68.1000	681,00
042	CIMENTO PROVISÓRIO PULPO SAN (PÓ E LIQUIDO)	KIT	8	81.6267	653,01
043	COLGADURA	UNIDADE	10	19.1833	191,83
044	COLHER DE DENTINA 17	UNIDADE	15	35.0667	526,00
045	COMPRESSA DE GAZES DE ALGODÃO HIDRÓFILA 7,5 X 7,5CM COM 5 DOBRAS 13 FIOS - CM COM 500 COMPRESSAS POR PACOTE	PACOTE	40	53.0300	2.121,20
046	CREME DENTAL INFANTIL CONTENDO FLUORETO DE SÓDIO 1100PPM SABORES MORANGO OU TUTTI - TUBO COM 50G	UNIDADE	650	6.8900	4.478,50
047	CUNHA ODONTOLÓGICA, MATERIAL: MADEIRA, TIPO: ANATÔMICA, APLICAÇÃO: RESTAURAÇÃO INTERPROXIMAL, TIPO PONTA: FINA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEÇÃO TRIANGULAR, LISA, CORES SORTIDAS UNIDADE: CAIXA C/ 20.	CAIXA	8	43.6400	349,12
048	CURATIVO ALVEOLAR SIMILAR OU SUPERIOR AO ALVEOLEX	UNIDADE	12	140.4167	1.685,00
049	CURATIVO COTOZOL - EMB C/ NO MÍNIMO 20G	UNIDADE	16	47.9767	767,63
050	CURETA MCCALL 13-14- ODONTOLÓGICO. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	UNIDADE	30	44.7500	1.342,50
051	CURETA MCCALL 17-18 - ODONTOLÓGICO. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL	UNIDADE	30	44.7500	1.342,50
052	DESCOLADOR DE MOLT 2-4	UNIDADE	16	49.9300	798,88
053	DETERGENTE ENZIMÁTICO - EMB C/ 1 LITRO	FRASCO	40	51.5767	2.063,07

054	DISCO DE LIXA PARA POLIMENTO DE RESINAS SOF-LEX POP ON, CENTRO METÁLICO FACILITA O ENCAIXE DO MANDRIL SIMILAR AO DA 3M	CAIXA	16	284.6467	4.554,35
055	ESCOVA DENTAL ADULTO MACIA	UNIDADE	1200	3.8100	4.572,00
056	ESCOVA DENTAL INFANTIL MACIA	UNIDADE	2000	3.4700	6.940,00
057	ESCOVA DE ROBINSON PLANA	UNIDADE	300	6.7000	2.010,00
058	ESPÁTULA DE INSERÇÃO Nº 01- USO ODONTOLÓGICO. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL. UNIDADE.	UNIDADE	10	46.0767	460,77
059	ESPÁTULA Nº 24	UNIDADE	8	33.0267	264,21
060	ESPELHO BUCAL CLÍNICO Nº5	UNIDADE	50	14.1800	709,00
061	ESPONJA DE FIBRINA (HEMOSTÁTICO HEMOSPON) EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	CAIXA	30	105.7767	3.173,30
062	FICHA/CARTELA DE RX COM 2 FUROS - EMB C/ 100 UNIDADES	EMBALAGEM	15	46.5967	698,95
063	FILME RADIOGRÁFICO INTRA-ORAL (TIPO CARESTREAM) - CX C/ 100 UNIDADES	CAIXA	12	393.0533	4.716,64
064	FIO DENTAL FINO COM 100M	UNIDADE	12	15.0233	180,28
065	FIO DE SUTURA, MATERIAL: NYLON MONOFILAMENTO, TIPO FIO: 4-0, COR: PRETA, COMPRIMENTO: CERCA DE 45 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM AGULHA, TIPO AGULHA: 1,2 CORTE REVERSO, COMPRIMENTO AGULHA: CERCA 2,0 CM, ESTERILIDADE: ESTÉRIL - (EMBALAGEM COM 24 UNIDADES)	CAIXA	20	71.5300	1.430,60
066	FIXADOR DENTAL (TIPO CARESTREAM) - EMB C/ 500ML	FRASCO	30	53.4500	1.603,50
067	FLUÓR GEL - EMB C/ 1 LITRO	FRASCO	20	14.8667	297,33
068	FORMOCRESOL - EMB C/ NO MÍNIMO 10ML	FRASCO	10	33.1533	331,53
069	HEMOSTOP - EMB C/ NO MÍNIMO 10ML	FRASCO	8	40.9833	327,87
070	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO P.A. - EMB C/ 10G	FRASCO	10	26.7800	267,80
071	INDICADOR BIOLÓGICO (COM 10)	CAIXA	60	62.2433	3.734,60
072	INDICADOR QUÍMICO CLASSE (CAIXA COM 250 UNIDADES)	CAIXA	20	153.5933	3.071,87
073	JALECO DESCARTÁVEL - PCT C/ 10 UNIDADES	PACOTE	30	66.0167	1.980,50
074	KIT ACABAMENTO E POLIMENTO PARA RESINA COM 12 PONTAS ABRASIVAS DE SILICONE IMPREGNADAS COM ÓXIDO DE ALUMÍNIO + BROQUEIRO (CORES BRANCA, VERDE E AMARELA) QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MICRODONT	KIT	12	197.5767	2.370,92
075	LIMA K SÉRIE ESPECIAL Nº 10. 25MM- USO ODONTOLÓGICO. PACOTE COM 06 UNIDADES.	EMBALAGEM	8	81.6800	653,44
076	LUBRIFICANTE PARA EQUIPO - EMB C/ NO MÍNIMO 200ML	FRASCO	8	44.1833	353,47
077	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL: LÁTEX, TAMANHO: PEQUENO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PÓ BIOABSORVÍVEL ATÓXICO, TIPO: AMBIDESTRA, TIPO USO: DESCARTÁVEL. CAIXA C/ 100 UNID	CAIXA	200	41.9567	8.391,34
078	MÁSCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA DESCARTÁVEL Nº95 BRANCA	UNIDADE	15	18.3500	275,25
079	MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA COM ELÁSTICO TIPO: NÃO TECIDO, 3 CAMADAS, PREGAS HORIZONTAIS, ATÓXICA, TIPO FIXAÇÃO: COM ELÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:	CAIXA	60	16.3267	979,60

	HIPOALERGÊNICA, TIPO USO: DESCARTÁVEL CX COM 50 UNIDADES				
080	MICROMOTOR ODONTOLÓGICO BAIXA ROTAÇÃO	UNIDADE	8	1390.0833	11.120,67
081	MINI CREME DENTAL COM FLÚOR - TUBO C/ 30G	UNIDADE	1250	5.3467	6.683,38
082	PARAMONOCLOROFENOL - EMB C/ 20ML	FRASCO	25	27.5867	689,67
083	PASTA PROFILÁTICA - EMB C/ NO MÍNIMO 50G	UNIDADE	30	20.0300	600,90
084	PINÇA CLÍNICA PARA ALGODÃO - USO ODONTOLÓGICO. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	UNIDADE	15	29.0467	435,70
085	PLACA DE VIDRO 06MM	UNIDADE	10	23.0033	230,03
086	PONTA TIPO INSERTO DE ULTRASSOM GI COMPATÍVEL COM APARELHO ALT - USO ODONTOLÓGICO. CARACTERÍSTICA: ROSCA INTERNA; AUTOCLAVÁVEL.	UNIDADE	10	215.2667	2.152,67
087	PORTA AGULHA MAYO-HEGAR 14 CM - USO ODONTOLÓGICO. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL	UNIDADE	10	62.5500	625,50
088	PORTA ALGODÃO - USO ODONTOLÓGICO. DIMENSÕES: 8X10CM. MATERIAL: INOX AUTOCLAVÁVEL.	UNIDADE	15	86.3467	1.295,20
089	POTE DAPPEN DE SILICONE PORTA ALGODÃO - USO ODONTOLÓGICO. DIMENSÕES: 8X10CM. MATERIAL: INOX AUTOCLAVÁVEL.	UNIDADE	10	16.3167	163,17
090	RESINA COMPOSTA C2	UNIDADE	6	193.6633	1.161,98
091	RESINA COMPOSTA COR A1	UNIDADE	20	193.6633	3.873,27
092	RESINA COMPOSTA COR A2	UNIDADE	30	193.6633	5.809,90
093	RESINA COMPOSTA COR A3	UNIDADE	30	193.6633	5.809,90
094	RESINA COMPOSTA COR A3,5	UNIDADE	15	193.6633	2.904,95
095	RESINA COMPOSTA COR B1	UNIDADE	15	193.6633	2.904,95
096	RESINA COMPOSTA FLÚIDA SERINGA FLOW 2,4G COR A2	UNIDADE	20	64.3767	1.287,53
097	REVELADOR DENTAL (TIPO CARESTREAM) - EMB COM 500ML	EMBALAGEM	30	49.5300	1.485,90
098	ROLO PARA ESTERILIZAÇÃO 100 MM X 100 M	ROLO	20	137.5667	2.751,33
099	ROLO PARA ESTERILIZAÇÃO 80 MM X 100 M	ROLO	20	120.4667	2.409,33
100	ROLO PARA ESTERILIZAÇÃO GRAU CIRÚRGICO 5CM X 100	ROLO	12	88.9300	1.067,16
101	SACA BROCAS UNIVERSAL.	UNIDADE	5	61.2133	306,07
102	SELANTE DE FÓSSULAS E FISSURAS FOTO POLIMERIZAVEL SERINGA COM 2G MATIZADO TIPO FLUORSHIELD • MAIOR COMPATIBILIDADE COM UMIDADE, REDUZINDO A MICROINFILTRAÇÃO; • CONTRIBUI PARA A REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DA CÁRIE DENTAL POR LIBERAR FLÚOR; • ALTOS ÍNDICES DE RESISTÊNCIA A UNIÃO, MENORES ÍNDICES DE INFILTRAÇÃO E DOR PÓS-OPERATÓRIA; • PRESA DUAL (QUÍMICA E FOTO). • É MONOCOMPONENTE COM LIBERAÇÃO DE FLÚOR; • FRASCO ÚNICO; • A BASE DE RESINAS ELASTOMÉRICAS E ACETONA COMO SOLVENTE; • ALTA FLUIDEZ; • APRESENTA BAIXA VISCOSIDADE E ALTO PODER DE PENETRAÇÃO NAS ESTRUTURAS DENTINÁRIAS; • FORMA ZONA HÍBRIDA ESTÁVEL E UNIFORME; • PRESA DUAL	SERING	10	123.8467	1.238,47

	(QUÍMICA E FOTO). SERINGA C/ NO MÍNIMO 2ML				
103	SERINGA CARPULE – USO ODONTOLÓGICO. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL.	UNIDADE	10	73.2100	732,10
104	SOLUÇÃO DE MILTON - EMB C/ 1 LITRO	EMBALAGEM	15	34.8500	522,75
105	SONDA EXPLORATÓRIA - USO ODONTOLÓGICO. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL. UNIDADE.	UNIDADE	20	33.4600	669,20
106	SUGADOR DESCARTÁVEL COM 40 SSPLUS	PACOTE	80	21.3133	1.705,06
107	TESOURA ÍRIS RETA	UNIDADE	8	29.9267	239,41
108	TIRA DE LIXA DE AÇO 4MM - SÃO LIXAS FABRICADAS COM DIAMANTES NATURAIS QUE POSSUEM MAIOR DURABILIDADE E PROPORCIONAM UM CORTE MACIO. SEU CENTRO NEUTRO FACILITA A INTRODUÇÃO NAS SUPERFÍCIES INTERPROXIMAIS DOS DENTES - CX C/ 6 UNIDADES	CAIXA	20	26.8467	536,93
109	TIRA DE LIXA PARA ACABAMENTO EM RESINA SOF-LEX 4MM X 170MM GRANULAÇÃO MÉDIO/GROSSA. ABRASIVO À BASE DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO E COSTADO DE POLIÉSTER.	CAIXA	15	29.1833	437,75
110	TIRA DE POLIÉSTER - EMB C/ 50 UNIDADES	CAIXA	20	20.0100	400,20
111	TIRA MATRIZ DE AÇO 0,5MM	UNIDADE	20	15.4167	308,33
112	TOUCA DESCARTÁVEL BRANCA, SANFONADA, COM ELÁSTICO, 100% POLIPROPILENO/TECIDO NÃO TECIDO (TNT), DESCARTÁVEL COM 100 UNIDADES.	PACOTE	14	24.6500	345,10
113	VERNIZ FLUORETADO, CONTÉM 5% DE FLUORETO DE SÓDIO EM UMA BASE ADESIVA DE RESINAS NATURAIS. APRESENTAÇÃO: ESTOJO CONTENDO 1 FRASCO DE VERNIZ FLUORETADO 10ML, E 1 FRASCO CONTENDO SOLVENTE PARA VERNIZ 10 ML.	UNIDADE	8	50.6300	405,04
VALOR TOTAL = 232.642,70					

3. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS:

3.1. O preço total estimado pela administração para contratação do objeto é de **R\$ 232.642,70 (Duzentos e trinta e dois mil, seiscentos e quarenta e dois reais e setenta centavos)** conforme os valores constantes no quadro acima.

4. DURAÇÃO

4.1. O **prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses** contados da assinatura da Ata de Registro de Preços.

4.2. A empresa contratada deverá iniciar imediatamente após a assinatura da ata de registro de preços o fornecimento estipulado.

4.3. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) A Administração poderá optar pela extinção da Ata de Registro de Preços e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5. JUSTIFICATIVA

5.1. Motivação da Contratação: Motivação da Contratação: a contratação de uma empresa especializada para fornecer material odontológico é necessária para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde oferecidos pelas Equipes de Saúde Bucal.

5.2. Objetivos da Contratação: Garantir a disponibilidade de insumos de alta qualidade necessários para o funcionamento eficiente e seguro dos serviços de saúde, atendendo a demanda da Secretaria de Saúde do Município de Bom Jardim de Minas, através das Equipes de Saúde Bucal, e mantendo em pleno funcionamento os serviços ofertados aos munícipes de Bom Jardim de Minas.

6. DA ESTIMATIVA

6.1. A estimativa da contratação foi realizada com base em levantamento de preços, conforme Estudo Técnico Preliminar.

7. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral do Município de 2026, em dotação específica a ser informada em próxima etapa desse processo pelo Departamento de Contabilidade deste Município.

8. DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

8.1. Em Bom Jardim de Minas ainda não foi implantado o Plano Anual de Contratações, de forma que neste momento não existe o alinhamento entre a presente contratação e o plano de contratações.

9. DA FORMA DE EXECUÇÃO:

9.1. Executar o objeto contratado obedecendo às especificações discriminadas nesse Termo de Referência, de acordo com o cronograma disponibilizado pelas Secretarias demandantes;

9.2. A Empresa licitante que se sair vencedora do certame licitatório deverá disponibilizar os serviços da melhor forma a atender às necessidades do Município;

9.3. A empresa vencedora responderá pelos danos causados diretamente à

Administração ou ainda a terceiros, durante a execução da Ata de Registro de Preços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento feito pelo CONTRATANTE;

9.4. Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO:

10.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade do Contratado, o fornecimento será fiscalizado pelo Município, através de servidor designado para tal função, a qualquer hora, dentro dos padrões determinados pela Lei Federal nº. 14.133/21.

10.2. O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo recusar os fornecimentos, no todo ou em parte, sempre que não atender ao estipulado na Ata de Registro de Preços.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 São obrigações da Contratante:

11.2. Efetuar o pagamento a CONTRATADA no prazo e forma estipulados na Ata de Registro de Preços mediante documento hábil de quitação.

11.3. Solicitar o fornecimento em conformidade com suas necessidades durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços;

11.4. Emitir ato designando o responsável pela fiscalização da execução dos serviços.

11.5. O Município deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos fornecimentos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, diretamente ou por meio de Preposto, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da CONTRATADA constantes deste Termo de Referência;

11.6. Compete ainda ao Município:

a) Quitar o cumprimento financeiro assumido com a(s) licitante(s) vencedora(s), desde que não haja impedimento legal para o fato;

b) Notificar, formal e tempestivamente a Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento da Ata;

- c) Notificar a(s) licitante(s) vencedora(s) por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- d) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- e) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preço;
- f) Todas as demais obrigações constantes neste Termo de Referência, que fará parte integrante da Ata de Registro de Preços.
- g) Arcar com as despesas de publicação do extrato de adesão a Ata de Registro de Preços;

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços solicitados conforme Ordem de Serviço, Termo de Referência e demais documentos emitidos pela Administração devidamente assinada por servidor competente para tal;
- 12.2. Comunicar imediatamente e por escrito ao Município, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- 12.3. Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor dos serviços, objeto da presente Licitação;
- 12.4. Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;
- 12.5. Considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante na Ata; Comunicar ao Município Contratante modificação em seu endereço ou informações de contato.
- 12.6. Todos os materiais, mão de obra, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa vencedora.
- 12.7. Realizar, com seus próprios recursos todos os fornecimentos relacionados com o objeto contratado, de acordo com as especificações estipuladas pelo Município.
- 12.8. Prestar, dentro dos prazos, os fornecimentos contratados de acordo com as necessidades e determinações do CONTRATANTE, obedecendo a todas as exigências estabelecidas neste termo;

12.9. Comunicar formalmente quaisquer alterações provenientes de caso fortuito ou de força maior, que gere fato impeditivo da execução da Ata de Registro de Preços.

12.10. Fornecer mão-de-obra especializada arcando com a devida remuneração e demais encargos exigidos;

12.11. Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas aos fornecimentos, responsabilizando-se pela qualidade do mesmo, bem como pela segurança de seus empregados.

12.12. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus empregados na execução dos fornecimentos contratados.

12.12.1. Responsabilizar-se por todos os atos, acontecimentos e acidentes com seus funcionários no período do fornecimento, excluindo o Contratante de qualquer responsabilidade cível, criminal e de qualquer espécie.

12.13. O CONTRATADO responde, por danos causados à CONTRATANTE e ou a terceiros, comprovada a culpa ou dolo.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da Ata.

15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da Ata de Registro de Preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.3. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos

substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

15.4. O fiscal da Ata de Registro de Preços anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

15.5. O fiscal informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

15.6. O fiscal será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

15.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto da Ata de Registro de Preços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

15.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da Ata de Registro de Preços, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços.

16.3. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

16.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no processo original.

16.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da Ata de Registro de Preços, caso a contratada não regularize sua situação fiscal.

16.10. Será rescindido a Ata de Registro de Preços em execução com a contratada inadimplente e irregular com os órgãos fiscais, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a previsão em Ata de Registro de Preços.

17. DA FORMALIZAÇÃO, VIGÊNCIA, RESCISÃO E PUBLICIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

17.2. . O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do termino do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.

17.3. A Licitante que convocada para assinar a Ata de Registro de Preço deixar de fazê-lo no prazo fixado dela será excluída.

17.4. Na hipótese do não atendimento à convocação ou havendo recusa em fazê-lo, o Município aplicará as penalidades cabíveis.

17.5. A Ata de Registro de Preços terá seu extrato publicado no site oficial da Prefeitura, assim como a sua íntegra, após assinada e homologada e será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), se pertinente.

17.6. . O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

17.7. Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços for constatado que os valores registrados estão inferiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

17.8. A extinção da Ata de Registro de Preços poderá ser:

I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III-determinada por decisão arbitral;

17.9. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

17.10. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I-devolução da garantia;

II- pagamentos devidos pela execução da Ata de Registro de Preços até a data de extinção;

III-pagamento do custo da desmobilização compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17.11. . Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I ao IX do art. 137 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

I- não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II- desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III-alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir a Ata de Registro de Preços;

IV-decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V- caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução da Ata de Registro de Preços;

VI-atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII- atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII- razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX-não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

17.12. A detentora da Ata de Registro de Preços terá direito à extinção nas seguintes hipóteses previstas no parágrafo § 2º, incisos I ao V do art. 137 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

I- supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial da Ata de Registro de Preços além do limite permitido no art. 125 desta Lei;

II- suspensão de execução da Ata de Registro de Preços, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III-repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV-atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V- não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pela Ata de Registro de Preços à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

VI-Para a extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, deverão ser observadas os incisos I e II do § 3º do art. 137 da mesma Lei.

VII- Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.13. A rescisão da Ata de Registro de Preços poderá ser:

I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III-determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

18.1. . Os serviços serão solicitados conforme a necessidade do Município, conforme a Ata de Registro de Preços e apresentação de requisição/solicitação devidamente assinada, com identificação do respectivo servidor competente.

18.2. Os fornecimentos, objeto desta Licitação, deverão ser executados em perfeita condição de utilização e normas da ABNT;

18.3 Os fornecimentos deverão ser executados a partir da publicação da Ata de Registro de Preços até findar a vigência da mesma.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1. O objeto será recebido de forma **provisória e definitiva**, as quais serão realizados na forma do art. 140, inciso I da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, observadas as demais condições previstas em procedimento interno para o recebimento dos serviços da Ata de Registro de Preços:

19.1.1. **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

19.1.2. O Recebimento Provisório só poderá ocorrer se satisfeitas as seguintes condições:

a) Realização de todos os ensaios e testes, envolvendo a completude de todos os fornecimentos envolvidos na execução;

b) Realização de todas as medições e/ou apropriações referentes a reduções, acréscimos e modificações;

c) A fiscalização do Município realizará o levantamento de eventuais pendências executivas a serem satisfeitas pela Contratada.

19.1.3. **definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

19.1.3.1. O(s) Termo(s) de Recebimento Definitivo do(s) serviço(s) contratado(s) será(ão) lavrado(s) de acordo com o constante no art. 140, inciso I, alínea "b", da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, **em 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, desde que satisfeitas as seguintes condições:**

a) Atendidas todas as reclamações do Município referentes a defeitos ou imperfeições verificadas em quaisquer elementos dos serviços;

b) Solucionadas todas as reclamações porventura feitas, quanto à falta de pagamento de operários ou de fornecedores de materiais, de encargos sociais e tributários concernentes à execução do objeto, ou, ainda, de prestadores de serviços empregados na execução dos fornecimentos;

c) Entrega dos seguintes documentos: Comprovante de inexistência de débitos para com o Sistema da Seguridade Social, e FGTS e Certidões negativas de que não pesam sobre os serviços quaisquer ações judiciais por prejuízos causados a terceiros.

19.2. O objeto da Ata de Registro de Preços poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com a Ata de Registro de Preços.

19.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da Ata de Registro de Preços, nos limites estabelecidos pela lei ou pela Ata de Registro de Preços.

19.4. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto da Ata de Registro de Preços exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

20. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

20.1 A detentora obriga-se a executar os fornecimentos licitados em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo Município, este responsável pela emissão das requisições, com especial observância dos termos deste Instrumento Convocatório e da Ata de Registro de Preços.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Município poderá sujeitar a Detentora às penalidades seguintes:

a) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração direta e indireta, pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156, III, da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021), em função da natureza e da gravidade da falta cometida ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição à pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;

b) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, considerando, para tanto, reincidência de faltas, sua natureza e gravidade. O ato da declaração de inidoneidade será proferido por Autoridade Superior, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

21.2. Pelo atraso injustificado na execução dos serviços, a Detentora incorrerá em multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor ajustado, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos incidentes, se destacados em documento fiscal.

21.3. Pela inexecução total ou parcial do ajuste a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

21.3.2. A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação judicial, precedida de processo administrativo com ampla defesa, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

21.3.3. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

21.3.4. A Detentora será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

21.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

21.5. Pelo descumprimento das obrigações assumidas a licitante estará sujeita às penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

21.6. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

21.6.1. Dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;

21.6.2. Dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.6.3. Dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;

21.6.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.6.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.6.6. Não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.6.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

21.6.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução da Ata de Registro de Preços;

21.6.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;

21.6.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.6.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.6.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

21.6.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.7. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 19.6.1. deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 19.6.1 a 19.6.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 19.6.2 a 19.6.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 19.6.8 a 19.6.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

21.7.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.7.1.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

21.7.1.2. As peculiaridades do caso concreto;

21.7.1.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

21.7.1.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

21.7.1.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.9. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.10. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2012, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

21.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

22. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

22.1. Não será permitida.

23. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

23.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

23.1.2. Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor/Prestador de Serviços e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 123 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

23.1.3. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

23.1.4. Quando o valor registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem o valor ofertado.

23.1.4.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus valores aos praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

23.1.4.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus valores aos valores de mercado observará a classificação original.

23.1.5. Se ocorrer do preço de mercado tornar-se maior que os valores registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

23.1.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

23.1.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

23.1.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

23.1.7. O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

23.1.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

23.1.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

23.1.7.3. Não aceitar reduzir o seu valor registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

23.1.7.4. Sofrer sanção prevista no art. 156, incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

23.1.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

23.1.8.1. Por razão de interesse público; ou

23.1.8.2. A pedido do fornecedor.

24. DAS REVISÕES DE PREÇOS

24.1. O valor registrado vigente poderá ser revisto, por solicitação formal do Signatário Detentor, somente para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro.

24.2. O pedido deverá ser enviado ao Gestor da Ata, através do protocolo geral do Município no horário de expediente.

24.3. A solicitação de revisão de preço(s) deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, originais ou cópias autenticadas, a qual será analisada pela Consultoria Jurídica do Consórcio.

24.4. Para a solicitação de revisão de preço(s), o Signatário Detentor terá que apresentar planilha atualizada da composição de preços do(s) produto(s), considerando todos os itens constantes na proposta anterior apresentada, quando da apresentação da proposta.

24.5. A análise para deferimento total ou parcial ou ainda indeferimento da revisão solicitada deverá ser instruída com justificativa e memória dos respectivos cálculos, para deliberação pela Assessoria Jurídica e pelo Gestor da Ata, em aproximadamente 10 (dez) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação completa pelo Signatário Detentor.

25. DO REAJUSTE

25.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

25.2. Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

25.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

25.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

25.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

25.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

25.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

25.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

28. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

28.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. Qualquer omissão referente ao teor deste Termo de Referência deverá ser suprida de acordo com a Lei Federal 14.133/2021.

Bom Jardim de Minas/MG, 28 de maio de 2026.

Eliana Maria Nunes
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 3082